

22/04/2014

SEGUNDA TURMA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 120.384 SÃO PAULO

RELATORA	: MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE.(S)	: TIAGO LAVRADOR BRACIALI
ADV.(A/S)	: MARIA CLAUDIA DE SEIXAS E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO APÓS A APRESENTAÇÃO DA DEFESA PRÉVIA. AUSÊNCIA DE NULIDADE. PRECEDENTES.

1. A manifestação do Ministério Público, após a apresentação da defesa prévia pelo réu, não é causa de nulidade dos atos processuais já praticados. Precedentes.
2. Recurso ao qual se nega provimento.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a Presidência da Ministra Cármen Lúcia, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade, **em negar provimento ao recurso ordinário**, nos termos do voto da Relatora. Ausentes, justificadamente, o Senhores Ministros Celso de Mello e Gilmar Mendes.

Brasília, 22 de abril de 2014.

22/04/2014

SEGUNDA TURMA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 120.384 SÃO PAULO

RELATORA	: MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE.(S)	: TIAGO LAVRADOR BRACIALI
ADV.(A/S)	: MARIA CLAUDIA DE SEIXAS E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

RELATÓRIO

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - (Relatora):

1. Recurso Ordinário em *habeas corpus* interposto por THIAGO LAVRADOR BRACIALI, contra o seguinte acórdão da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, que negou provimento a agravo regimental no *Habeas Corpus* n. 239.585:

“DECISÃO MONOCRÁTICA DE RELATOR. OFENSA AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. ART. 557 DO CPC E ART. 34, XVIII, DO RISTJ. 2. RESPOSTA À ACUSAÇÃO. OITIVA INDEVIDA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. MANIFESTAÇÃO EM RÉPLICA SOBRE AS TESES DA DEFESA. MERA IRREGULARIDADE. 3. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Nos termos do art. 557, caput, do Código de Processo Civil, c/c o art. 3º do Código de Processo Penal, e do art. 34, XVIII, do RISTJ, é possível, em matéria criminal, que o relator negue seguimento a recurso ou a pedido manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante, sem que, em tese, se configure ofensa ao princípio da colegialidade, o qual sempre estará preservado, diante da possibilidade de interposição de agravo regimental. Precedentes.

2. A manifestação do Ministério Público logo após a apresentação da resposta à acusação e antes do juiz decidir sobre as teses da defesa não é causa de nulidade do processo.

RHC 120384 / SP

3. Agravo regimental a que se nega provimento”.

2. Na origem, o Recorrente foi condenado à pena de 3 (três) anos de reclusão, em regime aberto, substituída por uma restritiva de direitos, pela prática do crime previsto no art. 1º, I, da Lei nº 8.137/1990, pois, no ano de 1999, na condição de administrador da empresa ‘Corpa - Taquaritinga Comércio e Representações de Produtos Agropecuários Ltda.’, teria suprimido tributos (IR, CSLL, PIS e COFINS), deixando de escriturar notas fiscais de compra de mercadorias no valor de R\$ 1.302.118,64 (um milhão, trezentos e dois mil, cento e dezoito reais e sessenta e quatro centavos).

Contra essa decisão o Recorrente impetrou *habeas corpus* no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, sob alegação de nulidade do processo, por suposta abertura indevida de vista ao Ministério Público, após a apresentação da defesa prévia, e omissão na análise das teses da defesa. A ordem foi denegada.

3. Daí a impetração do *Habeas Copus* n. 239.585, no Superior Tribunal de Justiça, cuja denegação (primeiro por decisão monocrática e, em seguida, em sede de agravo regimental) motivou a interposição do presentes recurso, sob os seguintes argumentos (evento 3, fls. 26-39):

a) na ação penal, “ferindo de morte o princípio do devido processo legal e ampla defesa, após a apresentação da resposta à acusação, o d. magistrado a quo, abriu vista dos autos para que o d. Órgão ministerial se manifestasse”. Contra essa decisão, impetrou-se *habeas corpus* no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que teve a ordem denegada;

b) em seguida, em 18.4.2012, foi impetrado o *Habeas Corpus* n. 239.585, no Superior Tribunal de Justiça, sob os mesmos argumentos, pois “não subsistia o entendimento segundo o qual não se admite *habeas corpus* quando substitutivo recurso ordinário constitucional”;

RHC 120384 / SP

c) a manifestação do Ministério Público, após a defesa apresentada pelo Réu, constituiria a nulidade do processo pois, *“contrariando os argumentos apresentados pela defesa, [robusteceu] a exordial acusatória (...) ignorando a lógica processual de que resguarda à defesa de se manifestar por último”*. Colaciona precedente do Supremo Tribunal Federal no HC 87.926/SP;

d) *“o próprio Ministério Público Federal, por meio do Procurador Regional da República atuante em segunda instância, proferiu parecer favorável pela anulação do processo”*;

Pede *“o provimento do presente recurso com a declaração de nulidade do processo desde a manifestação do Ministério Público, após a Resposta à acusação”*.

4. A Procuradoria-Geral da República manifestou-se pelo não conhecimento do recurso.

É o relatório.

22/04/2014

SEGUNDA TURMA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 120.384 SÃO PAULO

V O T O

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - (Relatora):

1. Razão jurídica não assiste ao Recorrente.

2. O acórdão recorrido harmoniza-se com os precedentes do Supremo Tribunal Federal, segundo os quais, a manifestação do Ministério Público, após a apresentação da defesa prévia pelo réu, não é causa de nulidade dos atos processuais já praticados. Confira-se:

“Agravo regimental em habeas corpus substitutivo de recurso ordinário. Inexistência de contrariedade à jurisprudência do tribunal e de risco iminente de cerceio indevido à liberdade de locomoção. 1. A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal consolidou o entendimento no sentido da inadmissibilidade da impetração de habeas corpus em substituição ao recurso ordinário, previsto no art. 102, II, ‘a’, da Constituição Federal. 2. Eventual manifestação do Ministério Público após a apresentação da defesa prévia não invalida os atos processuais já praticados. Precedente. 3. Inexistindo risco iminente de cerceio indevido à liberdade de locomoção e contrariedade à orientação jurisprudencial do Tribunal, não é o caso de concessão da ordem de ofício. 4. Agravo regimental a que se nega provimento” (HC 120045 AgR/SP, Relator o Ministro Roberto Barroso, Dje 26.3.2014, grifos nossos);

“De acordo com o acórdão recorrido, depois de o magistrado de primeiro grau abrir vista ao Ministério Público para se manifestar após a defesa prévia apresentada pelo paciente, o Parquet ‘limitou-se a tomar ciência do despacho e requerer o prosseguimento do feito’.

Não vislumbro, portanto, nulidade a ser decretada. Primeiro porque o Parquet sequer se manifestou, e, segundo, porque, mesmo que o tivesse feito, o Supremo Tribunal Federal já pronunciou que

RHC 120384 / SP

‘Apresentada defesa prévia em que são articuladas, até mesmo, preliminares, é cabível a audição do Estado-acusador, para haver definição quanto à sequência, ou não, da ação penal’” (HC 105.739/RJ, Relator o Ministro Marco Aurélio, 1ª Turma, DJe de 28.02.2012, grifos nossos);

Nesse mesmo sentido, confira-se o HC 120121, Relatora a Ministra Rosa Weber, DJe 11.12.2013.

Desse modo, tem-se que o argumento manifestado pelo Recorrente no recurso ordinário, não encontra amparo na jurisprudência deste Supremo Tribunal.

4. Pelo exposto, nego provimento ao recurso ordinário.

É o meu voto.

SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 120.384

PROCED. : SÃO PAULO

RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA

RECTE.(S) : TIAGO LAVRADOR BRACIALI

ADV.(A/S) : MARIA CLAUDIA DE SEIXAS E OUTRO(A/S)

RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Decisão: A Turma, por votação unânime, negou provimento ao recurso ordinário, nos termos do voto da Relatora. Ausentes, justificadamente, neste julgamento, os Senhores Ministros Celso de Mello e Gilmar Mendes. **2ª Turma**, 22.04.2014.

Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia. Presentes à sessão os Senhores Ministros Ricardo Lewandowski e Teori Zavascki. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Celso de Mello e Gilmar Mendes.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Edson Oliveira de Almeida.

Ravena Siqueira
Secretária Substituta